

<b>Título</b>	<b>Setor Elétrico - Adeus 2014... Feliz 2015?</b>
<b>Veículo</b>	<b>Canal Energia</b>
<b>Data</b>	<b>09 Dezembro 2014</b>
<b>Autores</b>	<b>Claudio Sales e Eduardo Müller Monteiro</b>



## **Claudio Sales e Eduardo Monteiro, do Acende Brasil: Setor Elétrico - Adeus 2014... Feliz 2015?**

**Sensação que ficou é que "sobrevivemos ao ano", mas com desafios graves dos pontos de vista financeiro, regulatório e do abastecimento futuro**

**Claudio Sales e Eduardo Monteiro, do Acende Brasil, para a Agência CanalEnergia, Artigos e Entrevistas**  
09/12/2014

O ano de 2014 será lembrado como de enormes dificuldades para o Setor Elétrico e não deixará boas memórias. O aumento do consumo de eletricidade foi pequeno, movido apenas pelos segmentos residencial e comercial, uma vez que a economia não cresceu e a indústria atravessa recessão. A despeito disso, tivemos que conviver com o acionamento pleno e continuado de todo o parque termelétrico, incluindo a operação "fora da ordem de mérito". A sensação que ficou é que "sobrevivemos ao ano", mas com desafios graves dos pontos de vista financeiro, regulatório e do abastecimento futuro.

Do lado financeiro, o setor está diante de uma crise de dimensões assustadoras. Somando-se os três elos da cadeia de produção (geração, transmissão e distribuição), o passivo do setor em 2014 é superior a R\$ 60 bilhões – um número cuja ordem de grandeza é comparável ao de metas de superávit primário –, revelando o tamanho do drama. O governo, correndo atrás do imprevisto e dos desacertos que marcaram tanto a concepção quanto a implementação da MP 579 e seus desdobramentos (inúmeros decretos e outras MPs), felizmente tem tentado, por meio de financiamentos, diminuir o descasamento entre custos e receitas. Mas o drama de curto prazo permanece, colocando pressão tanto em cima dos consumidores quanto contribuintes, uma vez que o Tesouro Nacional tem sido convocado a dar sua contribuição.

Na dimensão regulatória, o quarto ciclo tarifário vem se consolidando com alguns avanços, mas ainda com a necessidade de maior alinhamento entre realidade e modelos aos olhos do regulador. Como exemplo de alinhamento necessário, quando se impõe um WACC regulatório abaixo do custo real de captação de capital no mercado, está-se, na prática, condenando as distribuidoras e transmissoras a uma condição estruturalmente insustentável em termos de financiamento dos recursos para seus investimentos.

Quanto ao abastecimento futuro, apesar de poucas boas novas – como a inserção regulada da geração solar fotovoltaica, dando o primeiro passo para o desenvolvimento desta fonte em bases competitivas, e da retomada de termelétricas a carvão –, tivemos inúmeros sinais preocupantes nos últimos leilões. Nos leilões de Transmissão (18 de novembro) e Geração (A-5 de 27 de novembro), e a partir de RAPs e Preços-Tetos artificialmente baixos, observamos um inexplicável domínio estatal com condições de preço que levantam sérias dúvidas em relação ao processo de tomada de decisão que levou a ofertas que provavelmente destruirão valor para os acionistas.

Além disso, a aparente ousadia de alguns players sem experiência em grandes empreendimentos faz crescer a insegurança em relação à efetiva capacidade de entrega de projetos complexos dentro dos prazos. Afinal, o Brasil não merece ter que conviver com um novo “Caso Bertin – o Retorno”.

Com tantos desafios acumulados, a visão para 2015 aponta para a urgência de abertura de diálogo para equacionar as grandes questões e para restaurar a confiança e credibilidade que foram e estão fortemente abaladas.

Em primeiro lugar, é preciso “retirar o paciente da UTI”, olhando com pragmatismo para o quadro desastroso atual e gerando condições para permitir que o realismo tarifário e soluções de financiamento suavizem os impactos para as empresas e para os consumidores. Cabe ao governo federal ser pró-ativo neste desafio e coordenar os esforços.

Uma vez fora da UTI, é preciso abandonar o improvisado e a orientação político-eleitoral que tem contaminado o setor e passar a privilegiar a abordagem técnica, permitindo uma alteração das nossas bases estruturais.

A lista abaixo, apesar de longa, é não exaustiva, mas define alguns passos iniciais que são essenciais:

- a) preços-tetos e RAPs realistas nos leilões de geração e transmissão, respectivamente, voltando a atrair a iniciativa privada e acabando com a pressão para que estatais assumam “Taxas Patrióticas de Retorno” por pressão de governos, seus acionistas controladores;
- b) critérios de escrutínio no comportamento das estatais, que tem gerado distorções competitivas e o afastamento dos princípios de Governança Corporativa;
- c) uma abordagem regulatória no Quarto Ciclo de Revisão Tarifária que equilibre modicidade tarifária e condições para investimentos prudentes, com WACC regulatório que não pode ser inferior ao custo de captação de capital;
- d) a revisita da atual carga tributária, com foco no PIS/Cofins (federal) e ICMS (estadual) para que, de forma planejada, consigamos diminuir a tarifa final para os consumidores sem abalar a cadeia produtiva;

e) um exame cuidadoso da CDE, que tem assumido papéis e dimensões cujas fontes de recursos não estão claras;

f) uma visão equilibrada na fronteira socioambiental, eliminando ações ideológicas e análises contaminadas por realidades internacionais que não se aplicam ao nosso país;

g) a não tributação de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) no pagamento das indenizações de ativos renovados via MP 579, uma vez que essa tributação contraria frontalmente a lógica da transação e fere as premissas de cálculos feitos pelas concessionárias que aceitaram a renovação de suas concessões;

h) a rápida definição dos critérios de renovação das inúmeras concessões de distribuição que vencem em 2015 para evitar um vácuo legal e regulatório que já está dificultando os investimentos.

Na visão do mercado, os desarranjos atuais não serão consertados em menos de três anos. Mas o ano de 2015 pode representar o início de um período de transição que aponta para um setor com menos artificialismos e mais sustentabilidade econômico-financeira, e, portanto, mais eficiente para consumidores e contribuintes brasileiros.

**Claudio J. D. Sales e Eduardo Müller Monteiro são Presidente e Diretor Executivo do Instituto Acende Brasil ([www.acendebrasil.com.br](http://www.acendebrasil.com.br))**

O ano de 2014 será lembrado como de enormes dificuldades para o Setor Elétrico e não deixará boas memórias. O aumento do consumo de eletricidade foi pequeno, movido apenas pelos segmentos residencial e comercial, uma vez que a economia não cresceu e a indústria atravessa recessão. A despeito disso, tivemos que conviver com o acionamento pleno e continuado de todo o parque termelétrico, incluindo a operação “fora da ordem de mérito”. A sensação que ficou é que “sobrevivemos ao ano”, mas com desafios graves dos pontos de vista financeiro, regulatório e do abastecimento futuro.

Do lado financeiro, o setor está diante de uma crise de dimensões assustadoras. Somando-se os três elos da cadeia de produção (geração, transmissão e distribuição), o passivo do setor em 2014 é superior a R\$ 60 bilhões – um número cuja ordem de grandeza é comparável ao de metas de superávit primário –, revelando o tamanho do drama. O governo, correndo atrás do improvisado e dos desacertos que marcaram tanto a concepção quanto a implementação da MP 579 e seus desdobramentos (inúmeros decretos e outras MPs), felizmente tem tentado, por meio de financiamentos, diminuir o descasamento entre custos e receitas. Mas o drama de curto prazo permanece, colocando pressão tanto em cima dos consumidores quanto contribuintes, uma vez que o Tesouro Nacional tem sido convocado a dar sua contribuição.

Na dimensão regulatória, o quarto ciclo tarifário vem se consolidando com alguns avanços, mas ainda com a necessidade de maior alinhamento entre realidade e modelos aos olhos do regulador. Como exemplo de alinhamento necessário, quando se impõe um WACC regulatório abaixo do custo real de captação de capital no mercado, está-se, na prática, condenando as distribuidoras e transmissoras a uma condição estruturalmente insustentável em termos de financiamento dos recursos para seus investimentos.

Quanto ao abastecimento futuro, apesar de poucas boas novas – como a inserção regulada da geração solar fotovoltaica, dando o primeiro passo para o desenvolvimento desta fonte em bases competitivas, e da retomada de termelétricas a carvão –, tivemos inúmeros sinais preocupantes nos últimos leilões. Nos leilões de Transmissão (18 de novembro) e Geração (A-5 de 27 de novembro), e a partir de RAPs e Preços-Tetos artificialmente baixos, observamos um inexplicável domínio estatal com condições de preço que levantam sérias dúvidas em relação ao processo de tomada de decisão que levou a ofertas que provavelmente destruirão valor para os acionistas.

Além disso, a aparente ousadia de alguns players sem experiência em grandes empreendimentos faz crescer a insegurança em relação à efetiva capacidade de entrega de projetos complexos dentro dos prazos. Afinal, o Brasil não merece ter que conviver com um novo “Caso Bertin – o Retorno”.

Com tantos desafios acumulados, a visão para 2015 aponta para a urgência de abertura de diálogo para equacionar as grandes questões e para restaurar a confiança e credibilidade que foram e estão fortemente abaladas.

Em primeiro lugar, é preciso “retirar o paciente da UTI”, olhando com pragmatismo para o quadro desastroso atual e gerando condições para permitir que o realismo tarifário e soluções de financiamento suavizem os impactos para as empresas e para os consumidores. Cabe ao governo federal ser pró-ativo neste desafio e coordenar os esforços.

Uma vez fora da UTI, é preciso abandonar o improvisado e a orientação político-eleitoral que tem contaminado o setor e passar a privilegiar a abordagem técnica, permitindo uma alteração das nossas bases estruturais.

A lista abaixo, apesar de longa, é não exaustiva, mas define alguns passos iniciais que são essenciais:

- a) preços-tetos e RAPs realistas nos leilões de geração e transmissão, respectivamente, voltando a atrair a iniciativa privada e acabando com a pressão para que estatais assumam “Taxas Patrióticas de Retorno” por pressão de governos, seus acionistas controladores;
- b) critérios de escrutínio no comportamento das estatais, que tem gerado distorções competitivas e o afastamento dos princípios de Governança Corporativa;
- c) uma abordagem regulatória no Quarto Ciclo de Revisão Tarifária que equilibre modicidade tarifária e condições para investimentos prudentes, com WACC regulatório que não pode ser inferior ao custo de captação de capital;
- d) a revisita da atual carga tributária, com foco no PIS/Cofins (federal) e ICMS (estadual) para que, de forma planejada, consigamos diminuir a tarifa final para os consumidores sem abalar a cadeia produtiva;
- e) um exame cuidadoso da CDE, que tem assumido papéis e dimensões cujas fontes de recursos não estão claras;
- f) uma visão equilibrada na fronteira socioambiental, eliminando ações ideológicas e análises contaminadas por realidades internacionais que não se aplicam ao nosso país;

g) a não tributação de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) no pagamento das indenizações de ativos renovados via MP 579, uma vez que essa tributação contraria frontalmente a lógica da transação e fere as premissas de cálculos feitos pelas concessionárias que aceitaram a renovação de suas concessões;

h) a rápida definição dos critérios de renovação das inúmeras concessões de distribuição que vencem em 2015 para evitar um vácuo legal e regulatório que já está dificultando os investimentos.

Na visão do mercado, os desarranjos atuais não serão consertados em menos de três anos. Mas o ano de 2015 pode representar o início de um período de transição que aponta para um setor com menos artificialismos e mais sustentabilidade econômico-financeira, e, portanto, mais eficiente para consumidores e contribuintes brasileiros.

***Claudio J. D. Sales e Eduardo Müller Monteiro são Presidente e Diretor Executivo do Instituto Acende Brasil ([www.acendebrasil.com.br](http://www.acendebrasil.com.br))***